

INICIATIVA PRIVADA

Contrato de concessão da BR-365 é assinado em Belo Horizonte

CONCESSÃO PREVÊ MELHORIAS ENTRE UBERLÂNDIA E PATROCÍNIO, COM DUAS PRAÇAS DE PEDÁGIO

■ DHIEGO BORGES

O governo de Minas assinou na manhã desta quarta (16) o contrato que efetiva a concessão de nove rodovias do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba à iniciativa privada. Os trechos estão localizados entre as cidades de Uberlândia, Uberaba, Patrocínio e Araxá. Entre as vias privatizadas está um trecho de 130,9 km da BR-365, que liga Uberlândia a Patrocínio (km 474,6 ao km 605,5).

O Consórcio Infraestrutura MG, formado pelas empresas Equipav e Perfin, será o responsável pela operação das rodovias tanto do lote Triângulo Mineiro, quanto do Sul de Minas. O lote Triângulo Mineiro foi arrematado em agosto. Além da BR-365, a concessão inclui a administração das rodovias BR-452, MGs 190 e 427, CMGs 452 e 462 e LMGs 782, 798 e 812, com pedágio fixado em R\$ 11,48. Estão previstos investimentos de R\$ 3,2 bilhões, sendo R\$ 1,4 bilhão nos oito primeiros anos da concessão, que será válida pelos próximos 30 anos. Há ainda uma pré-autorização para inclusão de um trecho de 70 km da BR-365, entre Patrocínio e Patos de Minas.

■ IMPASSE DA BR-365

Durante o processo de efetivação do Programa de Concessões Rodoviárias, lançado em dezembro de 2021, houve um longo impasse entre o Governo de Minas e o Ministério Público Federal (MPF), com diversas ações protocoladas na Justiça.

No fim do ano passado, o MPF conseguiu uma decisão judicial solicitando a exclusão da BR-365 do pacote de con-

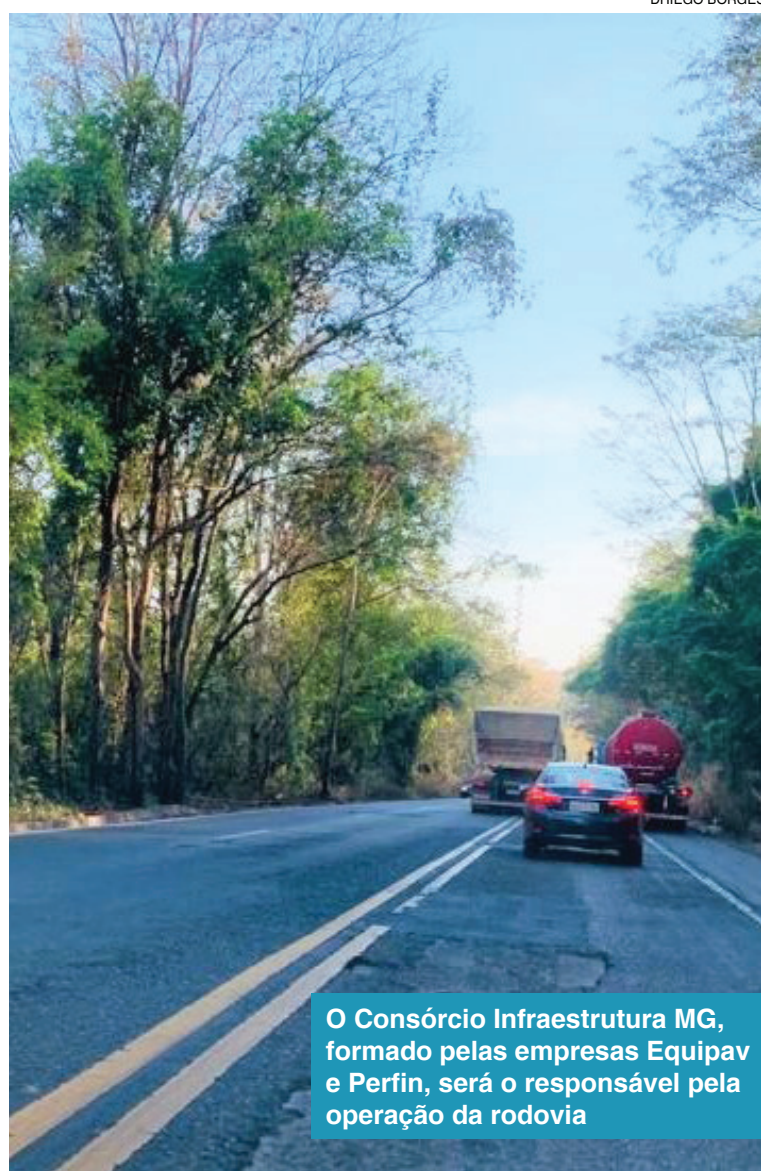
cessões ao apontar falhas no contrato. O pedido, assinado pelo procurador da República Cléber Eustáquio Neves, questionava alguns pontos do modelo. O primeiro leilão, que aconteceria em março, acabou sendo suspenso.

A ação sustentava que a União Federal, ao transferir o trecho da rodovia federal para o Estado de Minas Gerais, estaria burlando uma decisão judicial proferida na Ação Civil Pública de 2015, que a condenou, com o DNIT, a incluir nas propostas orçamentárias de cada um, para o ano de 2022, os recursos orçamentários específicos necessários à duplicação da BR-365, entre os municípios de Uberlândia e Patos de Minas.

No início de junho deste ano, a Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (Aciub) assumiu a intermediação da questão entre o governo e o MPF. O presidente da entidade, Paulo Romes Junqueira, esteve em Belo Horizonte com o secretário Fernando Marcato para encaminhar os pedidos de adequação do MPF.

Uma segunda reunião aconteceu também durante o mês de junho, desta vez em Uberlândia, com a presença do secretário e do procurador da República. Depois do encontro, na Aciub, foram propostas adequações no contrato de concessão, entre elas a ampliação de 11 para 36 km de duplicação dentro dos 131 km de Uberlândia a Patrocínio. Na ocasião, também foi discutida a extensão do trecho até Patos de Minas. As alterações foram incluídas no contrato, de acordo com o secretário Fernando Marcato.

No dia 22 de junho, o Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região acatou um pedido do



O Consórcio Infraestrutura MG, formado pelas empresas Equipav e Perfin, será o responsável pela operação da rodovia

governo do Estado e suspendeu uma liminar concedida ao MPF que estava impedindo a continuidade do processo. Nesse mesmo dia, o MPF voltou a ingressar com ação civil pública solicitando uma nova suspensão do leilão.

O argumento utilizado pelo MPF é que a rodovia padece há anos de graves problemas estruturais que impõem a necessidade de duplicação de 150 km da rodovia. Por outro lado, segundo o MPF, o edital do programa de concessões só prevê a duplicação de 30 km nos próximos 30 anos.

No início de agosto, a Justiça Federal suspendeu pela segunda vez o leilão do lote Triângulo Mineiro. A decisão, da 2ª Vara Federal Cível e Criminal de Uberlândia, foi dada algumas horas após a realização do leilão pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade do Estado de Minas Gerais (Seinfra), em São Paulo. Ainda no mesmo mês, o juiz do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, acatando ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF), anulou a transferência do trecho da BR-365.

O processo ganhou um novo capítulo em setembro, quando a Justiça Federal derubou a liminar concedida ao MPF que impedia a privatização da rodovia. Na decisão, a juíza Mônica Sifuentes afirmou que a concessão da BR-365 é de interesse público e que as duas ações movidas pelo MPF acabaram retardando os objetivos de melhoria na rodovia para a população.

O contrato assinado nesta quarta (16) prevê a duplicação de 36,1 km da BR-365, construção de faixas adicionais e 40 km de acostamento, além da prestação do Serviço de Atendimento Hospitalar (SAH). Para o trecho entre Uberlândia e Patrocínio, estão previstas duas praças de pedágio no Km 521 (em Patrocínio) e no Km 600, já próximo a Uberlândia. O valor ficou fixado em R\$ 11,48.

O secretário Fernando Marcato lembrou o impasse durante a assinatura do contrato, nesta quarta (16), e confirmou a ampliação da concessão até Patos de Minas. “Felizmente vamos conseguir fazer mais de 20 km de duplicação nesta pri-

meira etapa, colocar terceiras faixas, dispositivos para resolver o problema da 365. Vamos iniciar os estudos para inclusão do trecho Patrocínio a Patos, já está mencionado no contrato, então a ideia é que isso possa ser incluído e a gente fica feliz em ver esses problemas todos resolvidos”, afirmou.

O presidente da Aciub, Paulo Romes Junqueira, esteve em BH durante a cerimônia e destacou a importância dos investimentos para o Triângulo. “Nós vimos aqui investimentos de quase 6 bilhões na infraestrutura, geração de quase 60 mil empregos na obra dessas rodovias e tudo isso impacta muito na vida das pessoas. Estamos falando muito mais do que investir em infraestrutura, estamos falando de salvar vidas”, disse.

■ LOTE TRIÂNGULO MINEIRO

O lote Triângulo Mineiro possui 627,4 quilômetros de rodovias. A concessionária terá que implantar ao todo 55 quilômetros de faixas adicionais, além de 353 quilômetros de

acostamento, 52 dispositivos de interseção e rotatórias, três travessias de pedestres, 39 adequações de Obras de Arte Especiais, 13 quilômetros de pavimentação, entre outros.

Também estão previstos investimentos no lote Sul de Minas, que possui 454,3 km e abrange trechos das rodovias CMG-146, MG-173, MG-290, MG-295, MG-455, BR-459, MG-459 e LMG-877. A previsão é de que nos 24 primeiros meses de contrato sejam feitos investimentos de caráter emergencial nas rodovias, melhorando as condições de tráfego e segurança. Ao final dos seis primeiros anos de concessão, todos os trechos concedidos deverão atender aos parâmetros técnicos especificados no projeto.

O diretor do Consórcio Infraestrutura MG, José Carlos Cassaniga, destacou os investimentos que serão feitos nas rodovias. “Haverá a etapa dos trabalhos iniciais, destinada a uma adequação funcional, mais imediata das rodovias, uma remodelação, uma renovação da sinalização

dessas rodovias, que vai muito na direção de inauguração de um programa de redução de acidentes nesses dois lotes. E na sequência, virão as etapas de recuperação, ampliação e manutenção das rodovias, conforme prevê o projeto de concessão. Serão investidos cerca de R\$ 5,5 bilhões de reais em obras de reorganização das rodovias e além disso outros R\$ 4,8 bilhões em serviços aos usuários ao longo de todo esse período de concessão”, adiantou.

■ PROGRAMA DE CONCESSÕES

Em sua totalidade, o Programa de Concessões Rodoviárias prevê a modelagem de outros lotes, que abrangem aproximadamente 2,5 mil quilômetros, com impacto direto estimado para mais de 5 milhões de pessoas. A expectativa do Governo de Minas é que sejam atraídos mais de R\$ 11 bilhões em investimentos privados para a ampliação de capacidade e recuperação das rodovias.

UBERLÂNDIA

Pronto Socorro do HC-UFU ainda não tem data para inauguração

■ DA REDAÇÃO

A primeira ala médica do novo Pronto Socorro do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia (HC-UFU) ainda não tem data definida para ser inaugurada. A entrega do setor estava prevista para ocorrer em outubro, conforme noticiou o Diário em junho deste ano. Segundo a UFU, o pavimento térreo da ala está com 95% das obras concluídas e pode ficar pronto nos próximos meses, mas dependerá ainda da entrega de fornecimentos pela construtora, além de ajustes finais de acabamento.

Durante coletiva de imprensa realizada na época, o reitor Valder Steffen Júnior comemorou o andamento dos trabalhos e o montante destinado à unidade, que vive um imbróglio há mais de 10 anos.

O novo Pronto Socorro como um todo está com um avanço de 60% na ampliação.

A construção da nova estrutura vai integrar a parte física já existente do hospital e poderá qualificar o atendimento a pacientes do Triângulo Mineiro, além de oferecer mais conforto à população e aos colaboradores que atuam na unidade. Mesmo com a inauguração do espaço físico, o HC-UFU ainda deve precisar de aproximadamente R\$ 50 milhões para equipar a unidade. Em nota, a UFU afirmou que a obra segue em andamento, com um total de 170 trabalhadores envolvidos.

“O pavimento térreo tem 6,4 mil metros quadrados. Esta área deverá abrigar salas de procedimentos especiais (sala cirúrgica e shock room), 65 leitos e equipamentos de imagem. Portanto, mesmo

com a finalização da estrutura física, ainda serão necessários recursos para aquisição de equipamentos para a realização de tomografia, ultrassom, endoscopia, entre outros”, diz o comunicado.

■ IMBRÓGLIO

As obras do novo Pronto Socorro do HC-UFU já duram mais de 10 anos. A licitação começou em 2010 e o projeto começou a ser executado em 2012. Quatro anos depois, em 2016, as atividades foram paralisadas e a universidade anulou o contrato com a construtora em 2018. O impasse durou até abril de 2019, quando a instituição sinalizou a retomada da construção, mas a necessidade de uma quantia avaliada em R\$ 25 milhões interrompeu mais uma vez os trabalhos.

Em setembro de 2019, o Mi-

nistério Público Federal (MPF) instaurou um procedimento para acompanhar a destinação de recursos para a execução da nova unidade, com o objetivo de resguardar os repasses para a conclusão da obra. Em dezembro de 2020, a UFU apresentou o novo consórcio responsável pela retomada do canteiro no bloco 8DJU.

“Depois de diversas dificuldades, ficamos praticamente cinco anos sem estar em atividade por falta de recursos. Tivemos dificuldades com a primeira empresa responsável pela construção, até que conseguimos fazer uma nova licitação e fomos muito felizes. Estávamos muito apreensivos porque os recursos até então disponíveis estavam se esgotando, e foi então que tivemos esse privilégio”, disse Valter Steffen Júnior em junho.